

artigo

Memórias da ditadura em Buenos Aires: a construção do Ex-Centro Clandestino Club Atlético como sítio de memória e consciência

Rebeca Lopes Cabral

Este artigo analisa as formas de representação da memória da ditadura argentina a partir e através da cidade de Buenos Aires, tomando como objeto o Ex-Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio Club Atlético. Investigando os modos pelos quais coexistiram ao longo do tempo o lugar físico e a instituição, discutimos como o sítio foi historicamente construído como um ponto de resistência que responde a demandas mais amplas do bairro, da cidade ou da nação. O objetivo mais amplo é iluminar possibilidades críticas de ativação de espaços semelhantes como ferramentas políticas.

PALAVRAS-CHAVE: lugares de memória; ditadura argentina; políticas de memória.

MEMORIAS DE LA DICTADURA EN BUENOS AIRES: LA CONSTRUCCIÓN DEL EX CENTRO CLANDESTINO CLUB ATLÉTICO COMO UN SITIO DE MEMORIA Y CONCIENCIA

Este artículo analiza las formas de representación de la memoria de la dictadura argentina desde y a través de la ciudad de Buenos Aires, teniendo como objeto el Ex Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio Club Atlético. Investigando las formas por las cuales han coexistido a lo largo del tiempo el lugar físico y la institución, discutimos cómo el espacio ha sido construido históricamente como un punto de resistencia, que responde a las demandas más amplias de la vecindad, de la ciudad o de la nación. El objetivo más amplio es apuntar las posibilidades críticas para activar espacios similares a las herramientas políticas.

PALABRAS CLAVE: espacios de memoria; dictadura argentina; políticas de memoria.

MEMORIES OF THE DICTATORSHIP IN BUENOS AIRES: THE CONSTRUCTION OF THE FORMER CENTRO CLANDESTINO CLUB ATLÉTICO AS A SITE OF MEMORY AND CONSCIENCE

This article analyzes forms of representation of the memory of the Argentine dictatorship from the perspective of the city of Buenos Aires. Our object of study is the former clandestine center Club Atlético. By investigating the ways by which the physical space and the institution coexisted over time, we discuss how it was historically built as a resistance spot that responds to different demands of the neighborhood, the city or the nation. The main goal is to shed some light on critical possibilities for activating similar spaces as political tools.

KEYWORDS: sites of memory; Argentine dictatorship; politics of memory.

1. Introdução

Na última ditadura argentina (1976-1983) os militares implantaram mais de 750 Centros Clandestinos de Detenção, Tortura e Extermínio (CCDTE) em todo o país para abrigar os presos políticos e torturá-los. Geralmente localizados nos centros urbanos, na trama normal da cidade, em edifícios militares ou privados, em conjunto esses centros formaram uma geografia decisiva para o genocídio social (FEIERSTEIN, 2014), no qual 30.000 pessoas desapareceram. Enquanto a morte acontecia nos interiores dos centros, deles deixava-se escapar gritos, ruídos e cheiros que criavam uma atmosfera de terror em cada uma das 750 regiões onde se encontravam, instaurando o medo e garantindo o poder dos militares sobre toda a sociedade (SCHINDEL, 2013; CALVEIRO, 2004).

Embora muitos dos ex-centros clandestinos tenham sido identificados ainda nos anos 1980, foi a partir de meados dos anos 1990 que os esforços de vítimas, parentes e vizinhos, associados a iniciativas estatais inéditas, levaram a gradual **refuncionalização** de alguns (GUGLIELMUCCI; LÓPEZ, 2019). Nesse processo, grupos e indivíduos mudaram os usos desses lugares e lhes atribuíram valores simbólicos, patrimoniais, judiciais, pedagógicos, entre outros, em meio a assíduas disputas acerca de como representar publicamente as memórias da violência estatal (GUGLIELMUCCI; LÓPEZ, 2019). Os espaços formam um conjunto heterogêneo, graças às diferenças desses movimentos, das histórias e materialidades dos locais. Na atualidade, é possível identificar mais de quarenta, dos quais cinco estão na capital federal, como **sítios de memória e consciência**: lugares cujas materialidades são ativadas por meio de intervenções e atividades, em prol da ampliação do conhecimento sobre o passado e de ações mais justas no presente e para o futuro.

Mesmo reconhecidos legalmente como sítios de memória, eles são constantemente resignificados e modificados segundo circunstâncias e demandas políticas, econômicas e sociais mais amplas, em uma tentativa constante de reinseri-los no presente. Afinal, as memórias são construções plurais do presente. E os lugares da cidade, construídos por sujeitos, estão sempre sujeitos a modificações.

Este artigo tem como objeto de análise o Ex-Centro Clandestino de Detención, Tortura y Extermínio Club Atlético (Ex-Atlético). Localizado em um baixio de viaduto no bairro de San Telmo, ao sul de Buenos Aires, sua principal característica é o fato de ser, também, um sítio arqueológico. Como primeiro sítio refuncionalizado

do país, o Ex-Atlético inaugurou debates inéditos sobre a representação pública das violências de Estado dos anos 1970 a partir de espaços destinados a tortura e ao extermínio. Entendo-o como fruto e agente de disputas, propomos então a análise de seu processo de refuncionalização, explorando-o tanto como um espaço de **memorialização** (sobre o que se recorda) e **rememoração** (a partir do qual se recorda), quanto como um objeto que constrói a memória no presente (GUGLIELMUCCI; LÓPEZ, 2019), que se constrói em diálogo com outras geografias, e que oferece outras concepções de mundo e alternativas de empoderamento para comunidades em circunstâncias inoportunas.

O artigo é um desdobramento de uma pesquisa mais ampla, que começou como iniciação científica e segue como doutorado, e que vem mirando nos modos de representação das ditaduras latino-americanas a partir e através da cidade, com o objetivo de iluminar as possibilidades de mobilizar espaços semelhantes como ferramentas políticas e contribuir para a literatura do campo da arquitetura e urbanismo, na qual a questão dos lugares de memória e consciência ainda é pouco trabalhada (CYMBALISTA, 2016; AGUILERA, 2016). Mobilizamos então o arcabouço referencial e teórico construído ao longo da pesquisa, bem como fontes primárias e entrevistas recolhidas ao longo dos vários trabalhos de campo e estágios de pesquisa no Instituto de Ciências Antropológicas da Universidade de Buenos Aires (ICA-UBA), o que não poderia ter acontecido sem o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Além disso, ressaltamos que as discussões apresentadas são frutos de diálogos intensos com os orientadores Marianna Boghosian (IC, Escola da Cidade), Renato Cymbalista (Mestrado e Doutorado, FAU-USP) e Ana Guglielmucci (Estágios de Pesquisa, ICA-UBA), além de com gestores e ativistas, aos quais agradecemos imensamente, e cujos incansáveis esforços tratam de manter os espaços e suas memórias "vivas".

2. Sítios de memória e consciência

Ao pensar os modos como a memória pode ser representada a partir e através da cidade desde o campo da arquitetura e do urbanismo, nossa ênfase recai nos modos como as políticas de memória, as políticas do espaço, as práticas e subjetividades são determinadas e determinam as mudanças materiais e simbólicas de lugares ao longo tempo (SCHINDEL; COLOMBO, 2014). Nesse sentido,

Ao mesmo tempo que o evento emergiu como a grande ferida do Ocidente, seus discursos e imaginários viajaram e despertaram ações voltadas aos contextos locais em países afetados por violências

para a análise do objeto em questão, mobilizamos duas ideias distintas, aqui usadas complementarmente com o intuito de incorporar os processos específicos de refuncionalização antes mencionados: **lugares de memória e sítios de consciência** (CYMBALISTA, 2016).

A ideia de "lugares de memória" (*sites of memory*) foi apresentada por Pierre Nora na introdução do terceiro volume de *Les lieux de mémoire* (1989), no qual ele apontou a capacidade de certos lugares de fornecer reconexões com as narrativas históricas. Tais lugares, "onde a memória se cristaliza e se refugia", seriam um meio de resistir a um "desmoronamento da memória" provocado pelos movimentos de "mundialização, democratização, massificação e midialização" (NORA, 1993, p.7).

A obra foi de extrema importância para o campo dos estudos de memória, que se formava na Europa e nos Estados Unidos, principalmente por se referir aos espaços em suas dimensões materiais, simbólicas e funcionais (GUGLIELMUCCI; LÓPEZ, 2019). No entanto, logo foi problematizada, principalmente porque a preocupação de Nora parecia recair sobre a história do Estado francês, laico e republicano, o qual considerava estar ameaçado no final do século XX (CYMBALISTA, 2016).

A abordagem e a posição de Nora sobre as relações entre memória, história e espaço podem parecer contraditórias ao leitor. Se, por um lado, Nora incorpora uma noção de memória como construção social feita por pessoas vivas, por outro, ao se referir sistematicamente a uma ideia de História e identidade nacional, sua preocupação parece destoar do crescente movimento nas

ciências humanas da época que incorporava cada vez mais as vozes historicamente marginalizadas da sociedade e assim questionava uma construção ascendente, linear e focada nos grandes heróis, típica do que se chamou de historicismo.

No campo da história da arquitetura e do urbanismo, a americana Dolores Hayden (2005), por exemplo, apontava a necessidade de tratar questões de gênero, etnia e raça na cidade, para se promover inclusão e igualdade desses grupos na sociedade. No campo dos estudos culturais, Andreas Huyssen (2014), diferentemente de Nora, indicava as conexões intrínsecas entre a emergência dos discursos críticos de memória e a globalização. Huyssen é um autor especialmente importante para contextualizar nosso objeto. Ele argumenta que a divulgação do Holocausto, cada vez mais representado e trabalhado a partir dos anos 1980, impulsionou uma tomada de consciência histórica, um olhar para o passado, frente aos eventos atrozmente frutos de projetos desenvolvimentistas do século XX. Ao mesmo tempo que o evento emergiu como a grande ferida do Ocidente, seus discursos e imaginários viajaram e despertaram ações voltadas aos contextos locais em países afetados por violências.

Na América Latina, questões como raça, gênero, desigualdade social, entre outras, emergiram sob o guarda-chuva da redemocratização. A influência dos discursos do Holocausto é especialmente notável na Argentina que, já em 1983, iniciava seu processo de transição democrática e uma série de políticas voltadas, sobretudo, à justiça. O modelo argentino migrou para países como Chile, Brasil, Uruguai, onde as ditaduras acabaram posteriormente. Porém, em todo o mundo, especialmente nos anos 1990, multiplicaram-se memoriais e monumentos, relacionados a violências, semelhantes em suas arquiteturas e paisagismos (HUYSEN, 2014).

Com isso, as noções teóricas também se expandiram para as instituições que vinham se formando, de modo que, a partir das instituições, foi cunhada a ideia de "sítios de consciência". Mais especificamente, em 1999 um grupo de pessoas vinculadas a instituições de diversos sítios históricos reuniu-se em um seminário de trabalho em Bellagio, na Itália, com o apoio da Fundação Rockefeller, da Fundação Ford e do Trust for Mutual Understanding. O encontro aconteceu graças aos esforços de Ruth Abram, ativista fundadora do Tenement Museum, Nova York. Nesse ano ela contactou oito instituições de diversos países relacionadas a fatos históricos distintos: Memoria Abierta (Argentina); Museu do Gulag, em Perm (Rússia); Tenement Museum (Estados Unidos); ONG Memoria

Violências estas centralizadas e estruturadas militarmente, frequentemente clandestinas e apoiadas ou aceitas por setores da sociedade civil

Abierta (Argentina); Memorial do campo de concentração de Terezin (República Checa); District Six Museum (Cidade do Cabo); e Liberation War Museum (Bangladesh). Segundo Abram, os participantes compartilhavam histórias de ativismo social e acreditavam que a melhor contribuição para as ideias que defendiam aconteceria por meio da história e, especificamente, dos sítios históricos (ABRAM, 2005). Após uma semana de trabalho, eles elaboraram uma declaração que resumia as premissas e cunharam o termo que as resumia: "sítios de consciência"; e também criaram a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência para sua difusão.

Hoje a Coalizão é composta por mais de 300 lugares e inclui organizações e redes acadêmicas relacionadas a histórias e tempos variados — indo, portanto, além da preocupação inicial com sítios históricos. No Cone Sul a ideia de "sítios" manteve-se atrelada aos memoriais *in loco*, majoritariamente valorizados como vestígios das violências do Estado. Violências estas centralizadas e estruturadas militarmente, frequentemente clandestinas e apoiadas ou aceitas por setores da sociedade civil (GUGLIELMUCCI; LÓPEZ, 2019). Em comum, tais locais, como o Ex-Atlético, passaram por processos de refuncionalização protagonizados por setores da sociedade civil, nos quais se destaca a participação de grupos de vizinhos.

Guglielmucci e López (2019), em um artigo que compara os casos argentino, chileno e colombiano, pontuaram as fases comuns e fundamentais desses processos a partir das reflexões de Ludmila Catela. Parte delas tornam-se relevantes para explorar o caso do Ex-Atlético e são aqui mobilizadas como categorias analíticas que organizarão os próximos itens: a) reconhecimento, a partir da produção e circulação de testemunhos sobre o lugar; b) sinalização e marcação pública, com o objetivo de visibilizar seu passado e identidade ocultos; c) demanda pela recuperação, quando os grupos envolvidos recorrem ao Estado e demandam reparação das violências; d) acesso e ocupação, quando o Estado, por meio de figuras e ferramentas legais, outorga o acesso aos ativistas que ocupam o local e abrem suas portas ao público.

3. O reconhecimento

O edifício do Ex-Atlético não existe mais. Porém, graças às investigações históricas e arqueológicas da instituição, sabemos que ele foi construído para ser uma fábrica de fósforos e que, em 1932, foi adquirido pela Polícia Federal Argentina (PFA) para abrigar a sede do Servicio de Aprovechamiento y Talleres de la División Administrativa, responsável pelas atividades de manutenção da PFA.

A partir de 1977, um ano depois do golpe militar, a PFA ficou encarregada da instalação e coordenação de um centro clandestino no local. Nos andares superiores os militares mantiveram as atividades normais. No subsolo instalaram o "núcleo concentracionário" (COLOMBO, 2017), composto por duas celas individuais e dois setores com 41 celas coletivas, três salas de tortura, enfermaria, cozinha, lavanderia, banheiro, depósito e a administração (CONADEP, 2016). Lá estiveram cerca de 1.500 pessoas, das quais 150 sobreviveram.

O centro funcionou entre fevereiro e dezembro de 1977. Foi então destruído pela Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires (MACBA) para dar lugar ao viaduto 25 de Mayo (ou Autopista Sur), parte da Red de Autopistas Urbanas (RAU), que previa a construção de nove viadutos projetados que ligariam o centro ao cono-urbano. A Autopista Sur chegou a ser inaugurada, mas ficou, até recentemente, incompleta (sem ligação com a zona costeira). Além disso, o município desapropriou cerca de mil locais, residenciais e comerciais, dos arredores, oferecendo pouco ou nenhum apoio estatal aos moradores da região (OSZLAK, 1991; TAVELLA, 2016; CANESE, 2013). Já os detidos foram transferidos para o CCDTE Banco, em La Matanza (grande Buenos Aires) e, um ano depois, para El Olimpo, no bairro Floresta (na Capital Federal), construído especialmente para visitá-los. Com isso formaram-se grandes vazios, evidentes na paisagem da região e no local do atual sítio arqueológico, que fica em um baixio de viaduto, e na ausência das vítimas na sociedade.

Durante o período democrático, o fato do edifício do Ex-Atlético haver sido desmantelado na ditadura lançou um desafio maior em relação aos demais centros da capital: sua identificação, pois à primeira vista os rastros de sua existência não apareciam.

Logo no início da democracia, em 1983, o presidente Raúl Alfonsín criou a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) com o objetivo de "averiguar o destino dos desaparecidos" e "receber as denúncias e provas, remetendo-as diretamente à justiça" (CRENZEL, 2013, p.13). Como os ex-centros clandestinos

eram espaços onde muitas pessoas foram vistas pela última vez, eles se tornaram prova fundamental dos testemunhos que vinham à tona com as investigações. Muitos haviam sido desmanchados ou modificados, o que exigiu uma abordagem particular e multidisciplinar por parte da CONADEP. Nas visitas aos lugares, a comissão era acompanhada por sobreviventes, por um fotógrafo, que registrava o espaço, e um arquiteto, que desenhava, *in loco*, uma planta baixa do que haveria sido o lugar, segundo os depoimentos.

Em paralelo, o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), organização de direitos humanos, atuava também nas investigações dos crimes. Foi o CELS que colocou em contato um grupo de pessoas que passou a se reunir informalmente em suas casas com o objetivo de localizar com exatidão um centro clandestino na região da Avenida Paseo Colón.

Miguel D'Agostino, sobrevivente, tornou-se um personagem central para a identificação. Quando preso no Centro Clandestino Club Atlético, ele escutou um militar lamentando — em meio à Copa do Mundo de 1978 — não poder ir ao jogo, apesar de estar tão perto do estádio de La Bombonera (em La Boca, bairro vizinho a San Telmo). Em liberdade, D'Agostino passou a buscar pelo local na região da zona sul de Buenos Aires. Em 1979, quando esperava um ônibus na Av. Cochabamba, olhou as obras do viaduto e identificou, no subsolo, as celas praticamente intactas.

As descrições sobre o Ex-Atlético foram incorporadas ao *Nunca Más*, relatório resultante da CONADEP. Porém, como estava enterrado, os objetos e as dependências mencionados não puderam ser mobilizados para os julgamentos naquele momento.

Sem dúvidas a CONADEP — apesar de controversa — foi uma experiência emblemática, tornando-se inclusive referência para outras comissões da verdade latino-americanas, como a brasileira. Foi a primeira vez, em nosso continente, que o Estado colocou as vítimas e seus depoimentos no centro da esfera pública. No entanto, em 1986 e 1987, respectivamente, Alfonsín aprovou as leis *Punto Final* (n.23.492) e *Obediencia Debida* (n.23.521). A primeira paralisou as investigações e anistiou os militares e a segunda determinou que os crimes cometidos por militares de baixa patente não eram puníveis, alegando que haviam sido coagidos.

Em 1989, Carlos Menem assumiu a presidência e logo assinou uma série de indultos aos responsáveis sob o argumento da necessidade de uma reconciliação e união nacional (SCHINDEL, 2010). Os protestos das Madres de

Foi ao conectar
seus esforços com
as pretensões
dos militantes
de esquerda por
uma sociedade
mais justa, que
alguns deles
incorporaram a
luta por memória,
verdade e justiça

Plaza de Mayo, que desde 1978 faziam rondas no centro da cidade, e as investigações informais nunca deixaram de existir. Mas os indultos menemistas e o foco no problema inflacionário afastaram a questão da esfera pública, configurando o período entre 1989-1995 como os "anos do esquecimento" (JELIN, 2017).

4. As demandas pela recuperação

Em 1996, em contrapartida, a luta expandiu-se do centro aos bairros e foi incorporada por novos atores sociais (OLMOS, 2018). Por um lado, estavam as comemorações do vigésimo centenário do golpe; o surgimento dos Hijos por la Justicia Contra el Olvido y el silencio (H.I.J.O.S) com seus escraches¹ aos repressores; os debates sobre a construção do Parque de la Memoria — Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado e a transformação da Ex-Escuela Mecánica de la Armada (Esma) em um museu²; bem como a declaração de Adolfo Scilingo sobre os *vuelos de la muerte* (FELD, 2012)³. Por outro lado, se formaram agrupações de vizinhos para suprir necessidades básicas dos moradores dos bairros — saúde, educação, saneamento, entre outras — diante das políticas neoliberais de Carlos Menem que, ao privatizar uma série de empresas públicas, restringiu diversos serviços básicos aos pobres. E foi ao conectar seus esforços com as pretensões dos militantes de esquerda por uma sociedade mais justa, que alguns deles incorporaram a

luta por memória, verdade e justiça (OLMOS, 2018).

Laura Duguine, uma das arqueólogas responsáveis pelo sítio do Ex-Atlético, contou que a partir de 1996 "um grupo de pessoas, como se fossem uns loucos, como as Madres dando voltas na Plaza de Mayo, embaixo do viaduto, em um lugar que era um nada, com uma praça seca e um bar, insistiam que ali tinha algo que não se estava vendo" (DUGUINE, 2015, s.p., tradução da autora).

Sabe-se que ao menos parte dessas pessoas, faziam parte do Encuentro por la Memoria de Barracas, San Telmo y La Boca. Derivado de uma das agrupações do bairro de San Telmo, o grupo voltou-se, em um primeiro momento, à investigação dos desaparecidos do bairro. Susana Mitre, ex-integrante e funcionária do Club Atlético, destacou que, diante da crescente desigualdade social, apresentou-se a "necessidade de investigar o destino dos detidos-desaparecidos do bairro porque as reivindicações desse tempo tinham muito a ver com as lutas dos anos 70"⁴ (MITRE apud OLMOS, 2018, p.42, tradução nossa).

Uma das principais intervenções do grupo aconteceu a partir de 1996, com o desenvolvimento das Jornadas por la Memoria no baixo do viaduto. A princípio, as jornadas foram concebidas como um único evento, mas acabaram se tornando seis. Algumas horas depois da primeira, as sinalizações realizadas pelos participantes — um totem feito a partir da coluna do viaduto, uma grande silhueta e diversos cartazes — apareceram queimadas e os nomes dos torturadores, ali expostos, apagados. Os ativistas logo organizaram a segunda edição para refazer os elementos com materiais mais resistentes. Assim por diante, as marcações foram multiplicadas e reelaboradas com materiais mais resistentes. Segundo Mitre (2018), além de iluminar o local, o objetivo das jornadas foi mudando: nas primeiras, eles reivindicavam, principalmente, a revogação das leis de impunidade, e nas últimas o início das escavações.

5. Acesso

Os movimentos de bairro se fortaleceram na crise de 2001. Nesse momento formaram-se as chamadas *asambleas barriales*: vizinhos, em distintos bairros das cidades do país se juntaram para encontrar meios de apoiar demandas sociais específicas e formular as suas próprias. Grosso modo, é possível dizer que elas funcionaram como uma esfera pública-não-estatal, pela qual os setores médios e baixos da população mediarão a organização da

Nesses protestos 39 pessoas foram assassinadas e 4.500 foram presas, de modo que a repressão estatal em plena democracia impulsionou a apropriação

vida. Nesse momento diversos protestos tomaram a cidade, com o mote *Que se vayan todos!*, o que demonstrava uma compreensão, por parte dos grupos envolvidos, do Estado como um ator antagonico (OUIÑA, 2008).

Nesses protestos 39 pessoas foram assassinadas e 4.500 foram presas, de modo que a repressão estatal em plena democracia impulsionou a apropriação, por outros grupos, de símbolos e estratégias das organizações de direitos humanos voltadas à questão da ditadura. Nota-se, contudo, que alguns municípios e províncias fora da capital já haviam criado seus primeiros espaços de memória, em diálogo com organizações de direitos humanos e vizinhos (CATELA, 2014).

Osvaldo López foi preso no Ex-Virrey Cevallos, centro clandestino localizado a cerca de 2 km do Ex-Atlético, e tornou-se coordenador do mesmo quando este já era considerado um espaço de memória. Em Buenos Aires, no final dos anos 1990, ele integrava a organização de bairro Sur y Después, também em San Telmo. Em uma entrevista realizada em 2018, contou que foi nesse contexto que se tornou possível o início das escavações do Ex-Atlético:

En 2002 se hizo una excavación, porque había un familiar de un desaparecido que era diputado y terminó de director de obras públicas. Él ofreció las máquinas para hacer la excavación porque había testimonios que indicaban que el centro estaba allí. Cuando esta persona llegó allí, ofreció las máquinas y empezaron a recibir sus primeras paletadas... en el segundo se percibía que había paredes. Se cubrió de nuevo y formó la comisión. Al Comité asistieron la secretaria de derechos humanos y las organizaciones vecinas. Hubo todo un debate sobre si el Estado debiera participar o no, porque hasta entonces se instalaron las organizaciones de un lado y el Estado por el otro. (LÓPEZ, 2018).

Segundo López, apesar de parte das pessoas envolvidas desconfiarem da intervenção do Estado, a mag-

Os ex-centros clandestinos do país foram classificados como Sitios de Memoria del Terrorismo de Estado

nitidade do trabalho requerido para as escavações não deixou outra saída.

Em 2003, o Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (GCABA) aprovou o Decreto n.219/03, que criou o Programa para la recuperación de la memoria del CCD Club Atlético⁵. Nele estipulou-se a formação de uma Comisión de Trabajo y Consenso (CTYC) para armar os aspectos gerais do programa, e a Unidad Ejecutora (UE), para coordenar a implementação do projeto. Em ambos os ativistas envolvidos na luta foram incorporados.

Logo no início das escavações apareceram objetos — atualmente contabilizados em mais de 20.000 — mencionados pelos sobreviventes, e que deram sustentação material aos seus depoimentos.

Em 2003, as iniciativas, até então municipais e provinciais, alcançaram a esfera nacional. Néstor Kirchner assumiu a presidência com uma tarefa clara: recuperar a institucionalidade abalada pela crise de 2001. Inaugurou, assim, um processo de **estatização da memória**. Pela primeira vez o Estado nacional foi interlocutor das reivindicações das organizações de vizinhos dos bairros e de direitos humanos por meio da criação de uma série de instituições e políticas voltadas a reparação e promoção da memória que incorporaram os atores da sociedade civil (CATELA, 2014). A "entrega"⁶ da Ex-Esma às organizações em 2004 — Ex-CCDTE considerado a "cabeça" da repressão ditatorial — foi um ponto de inflexão que impulsionou a multiplicação de espaços oficiais em todo o país. Mas também gerou intensas discussões sobre o que fazer com o espaço e quem seriam os responsáveis pelas tomadas de decisão (LOPES, 2019).

Em paralelo, no âmbito do município, os recursos para as escavações do Ex-Atlético começaram a ficar escassos. Assim, em 2005, Aníbal Ibarra solicitou ajuda técnica e financeira ao prefeito de Berlim, na Alemanha, Klaus Wowereit. A proposta, aceita por Wowereit, permitiu a continuidade dos trabalhos, mas também gerou importantes encontros entre gestores e teóricos argentinos e alemães. Os debates desses encontros levaram a um giro no entendimento dos ex-centros clandestinos que passavam pelos processos de refuncionalização, tanto a ideia de museu, relacionada à Ex-Esma, quanto a de "sítios de memória". A partir de então, os ex-centros clandestinos começaram a ser reivindicados como lugares de memória "autêntica" (GUGLIELMUCCI, 2011).

Os cinco ex-centros clandestinos da capital foram então gradualmente refuncionalizados ao longo da primeira década dos anos 2000. Em 2011, a Secretaría de Derechos Humanos del Gobierno de la Ciudad criou o Instituto Espacio para la Memoria (IEM): um órgão autônomo e autárquico composto por membros das organizações e funcionários, que ficou responsável pela coordenação geral dos sítios da capital. No mesmo ano, por meio da Lei Nacional n.26.671/2011, os ex-centros clandestinos do país foram classificados como *Sitios de Memoria del Terrorismo de Estado* e ficou garantida "*la conservación de los sitios a los fines de facilitar las investigaciones judiciales*" (ARGENTINA, 2011, s.p.). Em 2014, a responsabilidade sobre os sítios da capital foi transferida do IEM à Dirección Nacional de Sitios de Memoria (DNSM), do âmbito municipal ao nacional.

6. Ocupação

Ao longo das refuncionalizações, os espaços internos dos ex-CCDTE adquiriram distintos valores. Mas, de maneira geral, existe uma divisão entre os espaços "de vida" e "de morte" (GUGLIELMUCCI, 2011). Os espaços "de morte" se referem geralmente às regiões mencionadas nos depoimentos de sobreviventes. Estes, por serem provas judiciais, mas também por seu valor simbólico, receberam intervenções mínimas. Com exceção do Museo de Sitio Esma, cujos elementos se aproximam de outros tipos de museus contemporâneos, as intervenções tendem a restringir-se a cartazes com textos explicativos curtos e/ou depoimentos dos ex-detidos e plantas baixas. Por sua vez, os espaços de "vida", aqueles não mencionados nos depoimentos, tendem a ser usados para fins administrativos e/ou pedagógicos.

No Ex-Atlético, o lugar "de morte" é o sítio arqueológico. Sua proteção por leis patrimoniais determinou o desenho da instituição enquanto organização e espaço material.

Junto ao IEM foram criados os setores de pesquisa, conservação, educação e manutenção, coordenados por duas arqueólogas. O espaço físico foi então organizado nos seguintes setores:

1. O sítio arqueológico: localizado no baixio do viaduto, onde ficava parte do edifício da PFA, cabo é onde ocorrem as escavações e as visitas guiadas. Desde a criação do IEM, o espaço está sinalizado com plantas que foram construídas a partir de depoimentos,

trechos desses depoimentos e outros cartazes que indicam seu reconhecimento oficial. Além disso, no talude que sustenta o viaduto foram conservadas as intervenções elaboradas no marco das Jornadas por la Memoria. Desse modo, nas visitas guiadas, existem dois eixos narrativos: o primeiro conta a história do ex-centro clandestino, e o segundo a história da luta que permitiu sua refuncionalização.

2. O edifício-laboratório: localizado a duas quadras do sítio arqueológico, trata-se do antigo arquivo de trânsito da cidade, emprestado pelo governo da cidade. No térreo, alguns dos objetos mais centrais aos depoimentos encontram-se expostos. Nos pisos superiores encontram-se os setores de conservação, comunicação, educação e manutenção (limpeza e reparações).
3. A Plaza 30.000 Compañeros: situa-se no baixio de viaduto, oposto ao sítio arqueológico e trata-se de um espaço aberto ao público. De maneira geral, é utilizado para atividades comemorativas e didáticas, já que a condição de praça seca permite a reunião de um número considerável de pessoas.

7. Considerações finais

A condição de ruína do Ex-Atlético o torna, provavelmente, o sítio mais difícil de compreender entre os outros da capital. Porém, é também o que mais conserva as marcas de seu passado de violência, pois quando os militares construíram o viaduto não se preocuparam em desmantelar também o espaço concentracionário. Será que instalaram o centro clandestino naquele edifício porque sabiam que ele seria destruído? Afinal, a Red de Autopistas Urbanas vinha sendo discutida, pelo menos, desde a metade do século xx. Mas esta questão deixamos em aberto.

Interessa que, ao visitá-lo, tendemos a buscar reconstruir em nossas mentes a organização do espaço concentracionário. Ao mesmo tempo, no sítio, todavia em grande parte coberto pelo talude, somos conduzidos a isso por meio dos cartazes, das plantas, fotos, objetos, trechos de depoimentos que buscam reconstruí-lo como centro clandestino. Por um lado, tais elementos reforçam seu valor de "verdade" (GUGLIELMUCCI, 2011) e são importantes para que ninguém duvide do que aconteceu ali; por outro, o esforço constante de reconstrução por meio de elementos representativos é provavelmente em vão. O passado é irrecuperável e os espaços não serão os mesmos. Como buscamos mostrar, esses

A luta por memória, verdade e justiça consolidou, por exemplo, signos, motes, símbolos e modelos políticos e institucionais que foram mobilizados por grupos com outras histórias e preocupações em lugares distantes

espaços acontecem e mudam segundo as diferentes circunstâncias dos presentes.

Acreditamos que a busca pela reconstrução, contraditoriamente oposta ao caráter conservacionista das intervenções, vai de encontro aos esforços de conexão entre a memória e a justiça que marcaram os processos de refuncionalização. Os restos do local tornaram-se agentes na construção das memórias e dos depoimentos de ex-detidos — e as intervenções e representações gráficas também partiram desses depoimentos. E se, por um lado, como aponta Huysen (2014), as conexões entre memória e justiça fazem com que a memória não seja um exercício em vão, por outro, como aponta Guglielmucci (2011), a busca pela definição dos sítios como evidências materiais dos depoimentos judiciais pode permitir forjá-los como "fetiche do mal". Isto é, na medida em que a espacialidade constituída pelos militares é reforçada a todo o tempo, seu papel como espaço de promoção dos direitos humanos pode ser atenuado em detrimento de sua história de horror.

As políticas de memória, em geral, ao tentarem organizar as memórias subjetivas, tendem a tirar seu caráter dissonante, plural, incerto e, assim, sua potencialidade de interromper o presente (COLOMBO, 2017). Porém, como buscamos mostrar, as políticas e os modos como a luta foi conduzida na Argentina lograram ecoar e atuar de forma mais ampla. A luta por memória, verdade e justiça consolidou, por exemplo, signos, motes, símbolos e modelos políticos e institucionais que foram mobilizados por grupos com outras histórias e preocupações em lugares distantes. O êxito da refuncionalização parece estar, portanto, profundamente associado às conexões estabelecidas com outros tempos e espaços. E isto configura o próprio sentido dos sítios de consciência: como muito mencionado pelos entrevistados, manter a memória "viva" em lugares "de morte".

artigo

AUTORA

Rebeca Lopes Cabral é arquiteta e urbanista pela Escola da Cidade (2016). Mestre em Fundamentos e História da Arquitetura e do Urbanismo pela FAU-USP (2019). Ingressante no curso de doutorado também na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo. Professora assistente na Escola da Cidade. Pesquisadora do Laboratório Outros (FAU-USP); integrante da Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência; membra do grupo de Gestão em Arquivos de Direitos Humanos (UFRGS) e do coletivo PISA: cidade + pesquisa.

NOTAS

- Os *escraches* foram criados pelos Hijos contra la Impunidad, Justicia y contra el Olvido y el Silencio (H.I.J.O.S), um grupo formado em 1995 por jovens militantes, filhos de desaparecidos, que reivindicavam o *juicio* y *castigo* dos militares e que, assim, buscavam reconstruir a identidade de seus familiares. Com o objetivo de denunciar a impunidade institucional e promover a condenação social, esses *escraches* interrompiam, por meio de marchas e atos, o lugar onde os torturadores moravam ou trabalhavam.
- A Ex-Escuela Mecánica de la Armada (Ex-Esma) é um complexo de edifícios que abrigou a “cabeça” das atividades repressivas na ditadura argentina. Por lá passaram 5.000 pessoas, das quais cerca de 300 sobreviveram. Atualmente estes edifícios abrigam a sede de algumas organizações de direitos humanos, instituições governamentais voltadas à promoção da memória e espaços culturais. No Casino de Oficiales, onde os detidos ficavam encarcerados e eram torturados, foi inaugurado, em 2014, um “museu de sítio”. Sua transformação em um museu envolveu inúmeras disputas que foram aprofundadas na pesquisa de mestrado que deu origem ao presente texto (LOPES, 2019).
- Os *vuelos de la muerte* foram a principal técnica empreendida pelos militares para o extermínio dos detidos. De modo geral, os presos não faleceram nos centros clandestinos, mas, de lá, seus corpos sedados eram transportados em tonéis para então serem atirados de aviões ao Mar del Plata.
- No original: “[...] *necesidad de investigar sobre los detenidos-desaparecidos del barrio porque las afirmaciones de ese tiempo tenían que ver con las luchas de los años 70*”. (MITRE apud OLMOS, 2018, p.42).
- Disponível em: <www.ciudadyderechos.org.ar/derechosbasicos_a.php?id=730&id2=731&id3=292&idnexo=456> Acesso em: jan. 2019.
- Embora o termo “entrega” seja sistematicamente mencionado pelos ativistas para se referir aos processos de acesso, ele deve ser problematizado, já que essas instituições ficaram desde então sob a guarda estatal e muitos ativistas foram incorporados para trabalhar nelas como funcionários públicos.

REFERÊNCIAS

ABRAM, Ruth. **A coat of many colors:** Immigration, globalization, and reform in New York City's garment industry. New York: Fordham University Press, 2005.

AGUILERA, Carolina. **El retorno del monumento:** forma urbana y espacio vívido de la memoria pública de la violencia política en ciudades posconflicto — el caso de Santiago de Chile. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura, Design e Estudos Urbanos) — Facultad de

Arquitectura, Diseño y Estudios urbanos de la Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile, 2016.

ARGENTINA. **Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación.** Decláranse Sítios de Memoria del Terrorismo de Estado, a los lugares que funcionaron como centros clandestinos de detención ilegal. Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/180000-184999/184962/norma.htm>>. Acesso em: abr. 2021.

CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición:** los campos de concentración en Argentina. Buenos Aires: Colihue, 2004.

CANESE, Lújan. **Ciudad en Dictadura.** Procesos urbanos en la ciudad de Buenos Aires durante la última dictadura militar (1976-1983). **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** Barcelona, v.XVII, n.429, 10 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-429.htm>>. Acesso em: abr. 2021.

CATELA, Ludmila. **Lo que merece ser recordado...** Conflictos y tensiones en torno a los proyectos públicos sobre los usos del pasado en los sitios de memoria. **Clepsidra:** Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria, Buenos Aires, n.2, p.28-47, out. 2014.

COLOMBO, Pamela. **Espacios de desaparición:** vivir e imaginar los lugares de la violencia estatal (Tucumán, 1975). Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017.

CONADEP — COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. **Nunca Más.** Buenos Aires: Editorial EUDEBA, 2016.

CRENZEL, Emilio. **La CONADEP treinta años después:** la investigación sobre las desapariciones forzadas en la Argentina. **Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, Derechos Humano,** Buenos Aires, v.2, n.4, p.3-25, 2013.

CYMBALISTA, Renato et al. (org.). **Patrimônio Cultural:** memória e intervenções urbanas. São Paulo: Annablume, 2016.

DUGUINE, Laura. **Las ruinas del terror.** **Página12,** Buenos Aires, 21 de setembro de 2015. Entrevista concedida a Veronica Engler. Disponível em: <www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-282100-2015-09-21.html>. Acesso em: jan. 2019.

EQUIPO DE TRABAJO EX CCDTYE CLUB ATLÉTICO. **INSTITUTO ESPACIO PARA LA MEMORIA.** Proyecto de recuperación de la memoria. Centro de Detención Tortura y Exterminio “Club Atlético”. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2014.

FEIERSTEIN, Daniel. **Genocide as social practice:** Reorganizing society under the Nazis and Argentina's Military Juntas. New Jersey: Rutgers University Press, 2014.

FELD, Clara. **Las capas memoriales del testimonio:** un análisis sobre los vínculos entre espacio y relatos testimoniales en el Casino de Oficiales de la ESMA. In: HUFFSCHIMID, Anne; DURÁN, Valeria. (org.). **Topografías conflictivas:** memorias, espacios y ciudades en disputa. Buenos Aires: Trilce, 2012. p.335-368.

GUGLIELMUCCI, Ana. **El proceso social de consagración de la “Memoria sobre el terrorismo de Estado” como Política Pública Estatal de Derechos Humanos en Argentina.** 2011. Tese (Doutorado em História) — Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

GUGLIELMUCCI, Ana; LÓPEZ, Loreto. **La experiencia de Chile y Argentina en la transformación de ex centros clandestinos de detención, tortura y exterminio en lugares de memoria.** **Hispanic Issues Series,** University of Minnesota, v.1, n.22, 2019.

HAYDEN, Dolores. **The power of place:** Urban landscapes as public history. Cambridge: The MIT Press, 2005.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado presente:** modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado:** cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

LOPES, Rebeca. **Memórias de dor em Buenos Aires:** de Ex Centros Clandestinos de Detención, Tortura y Exterminio a lugares de memória e consciência. 2019. Dissertação

(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LÓPEZ, Osvaldo. [jul. 2018]. Entrevistadora: Rebeca Lopes Cabral. Buenos Aires, 2018. 1 arquivo mp3 (93 min.).

MITRE, Suzana. [jul. 2018]. Entrevistadora: Rebeca Lopes Cabral. Buenos Aires, 2018. 1 arquivo mp3 (104 min.).

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares de memória.** **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de São Paulo, São Paulo,** v.10, p.7-28, dez. 1993.

OLMOS, María Belén. **La construcción de memorias en un “ex” Centro Clandestino de Detención:** el caso del Espacio para la Memoria Virrey Cevallos en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Altos Estudios Sociales de la Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2018.

OUVIÑA, Hernán. **Las asambleas barriales y la construcción de lo público en el estatal:** la experiencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Relatório final do concurso: Movimientos Sociales y Nuevos Conflictos en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: Programa Regional de Becas CLACSO, 2008.

OSZLAK, Oscar. **Merecer la ciudad:** los pobres y el derecho al espacio urbano. Buenos Aires: Humanitas, 1991.

SCHINDEL, Estela. **Pedras, Plazas y Performances:** Modos Activos de la Memoria en Buenos Aires In: BIRLE, Peter et al. (org.). **Memorias urbanas en diálogo:** Berlín y Buenos Aires. Buenos Aires: Buenos Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung, 2010.

_____. **Ahora los vecinos van perdiendo el temor.** La apertura de los Ex Centros de Detención y la restructuración del tejido social en Argentina. **Revista Bifurcaciones,** Santiago, n.14, 2013. Disponível em: <www.bifurcaciones.cl/2013/10/ahora-los-vecinos-van-perdiendo-el-temor/>. Acesso em: jan. 2019.

SCHINDEL, Estela; COLOMBO, Pamela. **Space and the Memories of Violence:** Landscape of Erasure, Disappearance and Exception. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.

TAVELLA, Gabriela. **Las autopistas no tienen ideología:** análisis del proyecto de Red de Autopistas Urbanas para la Ciudad de Buenos Aires durante la última dictadura militar Argentina (1976-1983). **Papeles de Trabajo,** Buenos Aires, n.10, v.17, p.104-125, 2016.